

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. Célio Studart)

Acrescenta o art. 197-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de fevereiro de 1940 (Código Penal), para prever crime em casos de divulgação dolosa de vagas falsas de emprego

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de fevereiro de 1940 (Código Penal), passa a ser acrescido do art. 197-A, com a seguinte redação:

Divulgar vaga falsa de emprego para prejudicar terceiros

Art. 197-A – Divulgar falsas vagas de emprego com o intuito de prejudicar terceiros.

Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 22, inciso I da Constituição Federal assevera que competente privativamente à União legislar sobre Direito Penal.

Neste contexto, surge a presente propositura, com o intuito de tipificar a conduta de, propositalmente, divulgar falsas vagas de emprego para prejudicar terceiros.

A título de exemplo, conforme informações publicadas no portal “Reclame Aqui”, por meio de áudios divulgados na rede social *WhatsApp*, centenas de pessoas desempregadas foram enganadas por um falso anúncio de vagas numa empresa no Município de Niterói/RJ neste mês.

Outrossim, segundo uma publicação do sítio eletrônico “*Tech Tudo*”, com o intuito de acessar dados particulares dos usuários das redes sociais um

golpe com falsas vaga de emprego afetou mais de 300 mil pessoas do *Facebook* desde maio deste ano.

Conforme dados publicados pelo laboratório especializado em segurança digital “*DFNDR LAB*”, em 2018, foram mais de 800 (oitocentos) mil acessos e compartilhamentos de falsas vagas de emprego no Brasil, algo que comprova a relevância da temática aqui debatida.

Por fim, não se pode olvidar que, segundo referências divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem mais de 12 (doze) milhões de desempregados, o que torna ainda mais grave a conduta de divulgar falsos postos de trabalho.

Por todo o exposto, requer-se a aprovação pelos Nobres Pares deste Projeto de Lei em análise.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 2019.

Dep. Célio Studart

PV/CE